XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

Comunicação e poderes na fronteira platina: informantes luso-brasileiros atuantes em cidades hispanos americanas no início do século XIX.

Adriano Comissoli.

Cita:

Adriano Comissoli (2013). *Comunicação e poderes na fronteira platina: informantes luso-brasileiros atuantes em cidades hispanos americanas no início do século XIX. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-010/325

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

XIV JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTORIA
MENDOZA · ARGENTINA
2013

UNCUYO UNIVERSIDAD NACIONAL DE CUYO | FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia

2 al 5 de octubre de 2013

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 40

Titulo de la Mesa Temática: Las dinámicas relacionales del poder ne la historia latinoamericana. Lazos , vínculos y redes sociales, ss. XVIII-XX.

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: REGUERA, Andrea; SILVA DA COSTA, Miguel Ângelo; DI GRESIA, Leandro.

COMUNICAÇÃO E PODERES NA FRONTEIRA PLATINA: INFORMANTES LUSO-BRASILEIROS NAS CIDADES HISPANO-AMERICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

COMISSOLI, Adrtiano.

Universidade de Passo Fundo

adrianocomissoli@upf.br

COMUNICAÇÃO E PODERES NA FRONTEIRA PLATINA: INFORMANTES LUSO-BRASILEIROS NAS CIDADES HISPANO-AMERICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.[1]

Adriano Comissoli,
Universidade de Passo Fundo
adrianocomissoli@upf.br

Não há dúvida dentro da historiografia sobre a quantidade e a intensidade de conflitos que ocorreram na fronteira platina nas décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX. Defrontavam-se na região vassalos dos reinos de Espanha e Portugal e, posteriormente, cidadãos das repúblicas argentina e uruguaia do império do Brasil. As primeiras décadas do oitocentos, em particular, foram de grande agitação bélica e política. Foram anos de guerra na América e na Europa, quando as duas margens do Atlântico se viram aproximadas pelos inúmeros eventos que perturbavam a ordem do Antigo Regime. Tropas napoleônicas marchavam pelo Velho Mundo, encontrando pouca resistência a seu avanço em direção à Península Ibérica; expedições inglesas atacavam Buenos Aires e Montevidéu em 1806 e 1807, aumentando a agitação política dessas cidades; facções políticas em ambas discutiam acirradamente as opções de que dispunham, inclusive o rompimento definitivo com a Espanha. O Brasil tornara-se o centro do império luso-brasileiro, cada vez mais americano, e projetava sua expansão alimentando as pretensões da princesa Carlota Joaquina sobre o estuário do rio da Prata ou efetuando intervenções sobre a Banda Oriental.

Tão grande movimentação não passou despercebida aos contemporâneos. De fato, os governadores da capitania do Rio Grande de São Pedro e os comandantes militares de fronteira demonstraram particular preocupação sobre manterem-se informados dos eventos no vizinho território hispano-americano. Para tanto utilizavam informantes, espias, "bombeiros" e partidas que não somente circulavam pelos domínios dos Bragança a fim de localizar movimentos inimigos e capturar criminosos e estrangeiros sem documentação como muitas vezes se instalavam nas povoações hispânicas, tais como Montevidéu, Santo Domingos Soriano e Buenos Aires. Atuando, por vezes, sob disfarce esses agentes da informação enviavam cartas, bilhetes e exemplares de gazetas que davam ciência aos altos oficiais nas vilas de Rio Grande e Rio Pardo, na capital Porto Alegre, na cidade do Rio de Janeiro e mesmo em Lisboa. De

[1] Esta investigação conta com auxílio da FAPERGS.

posse de tais informações, os poderes portugueses definiam suas estratégias de ação sobre a região do Rio da Prata. Portanto, nossa investigação se dedica a localizar e identificar a correspondência que trata da coleta e repasse de informações por parte de agentes luso-brasileiros sobre os vizinhos hispano-americanos. Interessa-nos avaliar tanto o conteúdo das missivas, quanto ao modo de transmissão utilizado para manter atualizadas as autoridades lusas: quais trajetos terrestres ou marítimos são utilizados? Quais veículos? Qual a frequência da comunicação? Quais os assuntos tratados? Como são selecionados os informantes e em que condições se estabeleciam nas cidades espanholas da bacia do Prata?

Na etapa atual estão sendo investigados o fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e a correspondência do governador Paulo José da Silva Gama, publicada em 2008 (Miranda & Martins). Posteriormente serão consultados os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) constantes no Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Até o momento foram identificadas cerca de sessenta cartas que tratam da vigilância lusitana sobre seus vizinhos na região platina. A atividade de obtenção de informações se divide em dois tipos. O primeiro consiste em utilizar patrulhas e "bombeiros" - batedores avançados – que circulando pela região da campanha entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental, procuram identificar a movimentação de tropas espanholas e localizar criminosos fugitivos. O segundo método é o dos informantes – a palavra espião não surge na documentação – localizados em cidades hispânicas com a finalidade de manter as autoridades portuguesas devidamente atualizadas tanto de iniciativas militares quanto dos humores políticos, elemento essencial nos agitados anos das duas primeiras décadas do século XIX. Paulo José da Silva Gama, governador do Rio Grande de São Pedro entre 1802 e 1809, afirmava ao Visconde de Anadia, secretário de Estado português, estar suficientemente alerta sobre os exercícios e manobras dos espanhóis por meio das "notícias que me trouxerem os espias que tenho no campo espanhol e mesmo em Montevidéu" (Miranda & Martins, 2008: 30), o que significa que dispunha de informantes estrategicamente posicionados. Dado que o governador acabar de tomar posse há poucos dias – como afirma na mesa carta de 18 de fevereiro de 1803 – podemos aventar a hipótese de que o expediente dos espias não era uma novidade nas disputadas terras do extremo sul da América.

De fato, um ano antes o comandante da fronteira do Rio Pardo, a oeste da capital Porto Alegre, noticiava, após a anexação do território das Missões orientais, que

suas partidas, "que em sucessivo trânsito deviam girar pela margem do Rio Negro para evitar os roubos, e observar os movimentos dos Espanhóis" (AHRS, maço 3, doc. 14), não tinham notícias de onde os espanhóis pretendiam estabelecer suas novas guardas. Informava ainda que estabelecera uma guarda na vila de Batovi, de onde patrulhas saíam circulando entre os passos dos rios Ibicuí e Taquari "e todas as mais partes que por via das expressadas Partidas se pudesse com elas cobrir os mencionados territórios" (Idem). Significa que as partidas e patrulhas circulavam por milhares de quilômetros quadrados em busca de sinais de movimentos ou estabelecimentos hispânicos. A vastidão do território, contudo, era contrabalançada pelo conhecimento do mesmo. Atentos aos principais pontos de passagens dos rios, aqueles que permitiriam a passagem de tropas em larga escala, os batedores procuravam manter-se cientes do que se passava nos "campos espanhóis".

Até o presente momento podemos apenas fazer indicações de que os assuntos mais recorrentes na correspondência localizada tratam de ações militares e das crescentes disputas políticas dentro de Buenos Aires e de Montevidéu. A recorrência dos primeiros é notável já nos anos que se seguem a 1801, ou seja, logo após a anexação dos povos missioneiros orientais aos domínios portugueses. O abastecimento de informações por parte das patrulhas (ou partidas, como são frequentemente referidas) ou por parte de oficiais das guardas mais distante permite perceber que o desfecho da guerra foi seguido de grande tensão, já que se acreditava iminente uma retaliação espanhola visando a reintegração da região. O teor dos documentos mostra que ambos os lados temiam novas agressões. Estas, talvez, tenham sido abortadas pelo aumento da beligerância no Velho Mundo, fruto do avanço napoleônico e de seu confronto contra a Inglaterra.

Os ingleses, já presentes comercialmente no estuário do Prata de maneira constante desde fins do século XVIII, se manifestaram militarmente em 1806 e 1807, avançando sobre Buenos Aires e Montevidéu, os portos marítimos mais importantes da região. A invasão foi bastante mal recebida pelas autoridades portuguesas, em especial por que o secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho alimentava o antigo projeto de estender as possessões portuguesas até a foz oriental do Prata, absorvendo a Banda Oriental em sua totalidade.

As notícias da primeira tentativa inglesa, em 1806, logo alcançaram os portugueses. Antes que a investida da Inglaterra se provasse de curta duração ela foi imediatamente interpretada como nociva às pretensões de Portugal. Por meio da

Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses o Desembargador Luís Beltrão de Gouveia de Almeida anunciava já em setembro de 1806 que "a Capitania do Rio Grande, mudando de vizinhos, mudou de inimigos" (2009). Não percebia nenhuma vantagem na substituição do controle do estuário de espanhóis por ingleses, demonstrando que na prática aliança anglo-portuguesa carregava-se de elementos bastante nocivos ao reino ibérico. Enumerava ameaças aos territórios americanos dos Bragança como a "propagação geral de doutrinas subversivas e desorganizadoras da atual ordem", notadamente o protestantismo religioso e o modelo de um governo "misto", isto é, no qual o monarca era limitado pelo parlamento. O maior prejuízo, contudo, era comercial. Admitindo a existência de um intenso fluxo de transações entre as possessões lusas e as hispânicas, que incluíam "o comércio clandestino tolerado, pois de qualquer forma vantajoso", Almeida alertava que a presença inglesa e sua independência quanto aos produtos brasileiros terminaria por encerrar a entrada da prata potosina no Brasil. Suas advertências mencionavam questões militares e a proteção de pontos estratégicos como a Ilha de Santa Catarina, tudo motivado pela preocupação em ter como vizinho no extremo meridional "uma nação que tem uma Marinha invencível que estimará cortar o nexo que une as Colônias à Metrópole para fazer ela só o comércio marítimo do mundo".[2]

Quando da segunda incursão inglesa, dessa vez conquistando primeiramente Montevidéu, o comandante da fronteira portuguesa do Rio Grande, Manuel Marques de Souza, inteirou-se da situação em sete dias, pois na noite do 9 de fevereiro de 1807 "chegou dos domínios de Espanha o Furriel de Milícias José Gomes que eu ali conservava, a fim de trazer-me a notícia decisiva da sorte da Praça de Montevidéu" (Miranda & Martins, 2008: 115). O furriel forneceu um relato ao comandante, que no dia 11 redigiu carta ao governador da capitania, o brigadeiro Paulo José da Silva Gama, que por sua vez informou ao secretário de Estado Visconde de Anadia. Dessa forma, a existência de um soldado encarregado de obter informações dava início ao circuito de comunicação que se estendia da fronteira meridional até Lisboa, fornecendo a base sobre a qual a Coroa lusa formulava sua agenda geopolítica e demonstrando-nos que o trajeto das correspondências obedecia à hierarquia política da monarquia.

[2] Agradeço a Fábio Kühn por me repassar este interessante e ainda pouco conhecido documento.

O uso de informantes nas cidades hispânicas, contudo, não se restringiu a momentos de particular tensão. De fato, algumas missivas permitem inferir que tal expediente era uma prática comum, a qual, por certo, assumia maior importância de acordo com as notícias obtidas. Vejamos um exemplo que aponta para a recorrência da espionagem. A 6 de junho de 1803 o comandante Manuel Marques de Souza, encarregado da fronteira do Rio Grande, escrevia respondia ao governador Silva Gama: "Em conformidade das Ordens que tive de V. Exca. estabeleci e mandei para Montevidéu um sujeito de confidência para observar os movimentos militares que fizerem os nossos confinantes sobre esta Fronteira" (AHRS, Autoridades Militares, maço 4, doc. 37). Nota-se logo que o envio de um homem de confiança não era atitude isolada do comandante, mas antes obedecia a determinações do governador. Continuando, Marques de Souza avisava que o enviado temia ser preso em vista "do grande crime, que lhe poderia resultar", o que implica que sua ação era ofensiva aos interesses espanhóis e por isso mesmo deveria ser sigilosa. Tendo permanecido em Montevidéu entre fevereiro e junho o "sujeito de confidência" não trouxe quaisquer novas relevantes, "talvez por ser Inverno", concluía o comandante, dado que implica que a sazonalidade da movimentação de tropas acompanhava as condições climáticas propícias. A carta revela que o informante apenas aceitou a incumbência mediante pagamento de 32 mil réis mensais, os quais Marques de Souza pagou do próprio bolso, talvez por se tratar de despesa extraordinária não prevista pela Fazenda Real. Por fim, esperava ordens do governador "se devo ou não continuar a mandar este ou outro Homem de confidência para Montevidéu observar, no tempo próprio aqueles ditos movimentos" (Idem).

Tal passagem mostra que a presença dos informantes luso-brasileiros em Montevidéu e Buenos Aires era recorrente, não sendo fruto de conjunturas específicas. Esta realidade não deve, contudo, nos causar espanto, dado que o fenômeno de fronteira no sul da América, não criava um afastamento radical entre os vassalos das duas Coroas. É mais produtivo considerarmos que a fronteira oscilava entre diferentes interpretações para os sujeitos do oitocentos. Nos centros decisórios europeus ela poderia muito bem ser considerada uma linha em um mapa – embora no período mesmo esta era indefinida. Não obstante, para os habitantes da região platina esta fronteira era um fenômeno de contato antes do que de exclusão. Luso-brasileiros e hispano-americanos estavam em constante convivência, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de trocas de

criminosos e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam. A presença lusa nas cidades hispânicas é fenômeno bastante antigo, sendo comum que fosse considerados *vecinos* em Buenos Aires (Ceballos, 2008) ou que participassem ativamente do comércio no rio da Prata (Prado, 2009). Dessa maneira, a entrada de um português, que contasse com os papéis necessários para tal, não gerava particular atenção. E em meio a este fluxo ordinário encontravam-se alguns com instruções de coletar informações e repassá-las discretamente às autoridades em Rio Grande e Porto Alegre.

Dois casos apontam neste sentido. O primeiro encontra-se em uma carta do governador Dom Diogo de Souza ao secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho, data de 1810. Nela discute-se as pretensões da princesa Carlota Joaquina sobre as possessões hispânicas do Prata. Dom Diogo afiançava que o panorama era particularmente propício, pois a cidade de Montevidéu estava desguarnecida de defensores. Continuava, esboçando um plano que consistia no envio da princesa ao Rio Grande de São Pedro sob a justificativa de cuidar de sua saúde. Junto a ela enviariam-se três mil soldados e cem mil cruzados para as despesas, de forma a "ficar a Princeza Nosa Senhora em situasão de poder sem sair dos Dominios de seu Espozo reclamar os seus direitos", pois disporia "alem do tom legal, o vigor enérgico que só se sustenta com a superioridade de um Exercito, pronto a obrar". Finalizava afirmando que quanto aos preparativos militares "já estamos neles envolvidos" (RAPERS, 1923: 11-18).

A convicção de Dom Diogo provinha dos relatos enviados por Felipe Contucci, um comerciante partidário da princesa, mas também por um soldado "destinado a Montevideo com mascara de Comerciante Volante para semelhantes correspondências". Estes enviavam cartas acompanhadas de periódicos de Buenos Aires e Montevidéu, os quais expunham a divisão de opinião nestas cidades. Segundo o soldado sob disfarce, a província do Paraguai contestava a autoridade de Buenos Aires, declarando sua autonomia frente ao vice-rei. Um exército fora mobilizado para sufocar a rebeldia paraguaia, retirando quinhentos soldados de Montevidéu. Outros trezentos saíram para a Colônia do Sacramento, deixando a cidade precariamente defendida. Faltando soldados nas fortalezas de Maldonado, Santa Teresa e Cerro Largo, dificilmente a Banda Oriental resistiria ao assalto militar de uma força bem equipada. Notícias espantosas também foram mencionadas, referentes aos ânimos políticos em Buenos Aires, como o fato de

haverem sido enforcadas vinte e oito pessoas, dentre eles todos os membros do cabildo.[3] A capital do vice-reino e o porto de Montevidéu encontravam-se em franca oposição quanto às suas posições políticas de manter-se ou não ligados à Espanha.

Contudo, o que pretendo destacar é o uso do soldado disfarçado de comerciante. Como afirmei anteriormente a entrada e saída de um homem de negócios das praças espanholas dificilmente seria notada como extraordinária, motivo que levava as autoridades portuguesas a utilizarem este subterfúgio. Ressaltamos ainda o fato que o mesmo ser destinado especificamente a "semelhantes correspondências", ou seja, o soldado "mascarado" tinha por missão expressa acompanhar a evolução dos eventos em Montevidéu, relatando-os tão rápido quanto possível aos seus superiores. Neste caso particular, o aumento da turbulência política na região exigia uma vigilância atenta, pois da mesma dependia a estratégia a ser adotada pelo príncipe regente Dom João.

Outra indicação do uso recorrente, mas sob disfarce, de informantes encontra-se na pessoa de Manuel Maria Ricaldes Marques. Este era um advogado atuante em Porto Alegre, o qual ao requerer um hábito da Ordem de Cristo em 1818 afirmou que o merecia devido aos extraordinários serviços que prestara à Sua Majestade Fidelíssima. Segundo seu relato, ele fora

> encarregado da perigosíssima e importante diligência de explorar, na próxima passada campanha, os movimentos do exército inimigo donde depende, em grande parte da Glória das Armas de V. Alteza Real; fazendo o suplicante toda a referida diligência a sua custa. (BNRJ, Documentos Biográficos, Manuel Maria Ricaldes Marques)

É interessante notar que dessa vez o espião era um advogado, não um soldado, o que implica no recrutamento do corpo civil para tais empreitadas. É possível que os governadores e os comandantes de fronteira incumbissem comerciantes reais – e não somente soldados disfarçados de comerciantes – de extrair e repassar informações. Não parece despropositado supor que mercadores que solicitassem passaportes para se dirigir a Buenos Aires e Montevidéu fossem sondados e encarregados de prestar serviço ao seu monarca. No mínimo deveriam ser instruídos a manterem-se alertas para qualquer evento digno de nota, tal como a concentração de tropas em determinado sítio ou o teor das conversas cotidianas nos espaços públicos e dos editoriais das gazetas platinas. Essas afirmações se encontram, até o momento, no campo das possibilidades, mas

[3] Não temos até o momento condições de atestar a veracidade desta última informação.

esperamos obter dados que ilustrem mais sobre o recrutamento dos informantes e sobre as qualidades que se esperava dos mesmos.

Não obstante, soldados parecem ter sido a opção mais utilizada. Um deles nos faz conhecer que os lusitanos voltavam-se não apenas para Montevidéu e Buenos Aires, as principais cidades espanholas da região, mas também para povoados menores como Santo Domingos Soriano, no encontro do rio Negro com o rio Uruguai. Se disfarçado ou não e de que forma não há menção na carta de 1804. Entretanto, este caso nos oferece dados sobre a transmissão física dessas informações. Havendo deixado o povoado espanhol o auxiliar José Machado Bittencourt dirigiu-se a uma estância na qual encontrou-se com um superior, José Lucas de Oliveira, descrito como alferes zelador da campanha. Este colocou as informações no papel e adicionou mais algumas, despachando Bittencourt ao comandante de fronteira Manuel Marques de Souza, na vila de Rio Grande. O trajeto foi coberto em dezoito dias e até o momento é a única informação que temos sobre a duração de uma viagem terrestre.

Sobre trajetos marítimos temos dados mais completos.[4] Entre a cidade do Rio de Janeiro e a vila de Rio Grande a duração das viagens oscila bastante, mas se feitas em embarcações pequenas e velozes como bergantins, a distância era transposta em cerca de sete dias. Obviamente imprevistos e condições climáticas desfavoráveis afetavam a velocidade do transporte. Entre Rio Grande e Porto Alegre, a capital da capitania de São Pedro, a diferença entre a data de redação das cartas e aquela na qual redigia-se a resposta demonstra que levava-se dois dias de uma a outra localidade. Esta distância era normalmente percorrida por barco através da lagoa dos Patos. Esta opção, contudo, revela uma dificuldade particular, pois a Coroa portuguesa não contava com embarcações específicas para seus correios, valendo-se das particulares que por ali navegavam. Por tal motivo, não raro o comandante queixava-se de não haver transporte disponível para a remessa dos correios, um fator que atrasava a comunicação entre os dois pontos.

A utilização do serviço de particulares esbarrava ainda em dificuldades extraordinárias. Os capitães das embarcações eram diretamente responsáveis pelo transporte de todo o tipo de correspondência entre o centro e a periferia da América lusa, tendo de obedecer a uma burocracia de registro, que visava manter o controle sobre as idas e vindas de cartas. Tais cuidados levaram o governador Paulo José da

[4] Agradeço a Gabriel Berute por ceder seus dados sobre a duração das viagens marítimas de vários portos até o de Rio Grande.

Silva Gama suspeitar de uma sabotagem no envio de uma remessa do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Devido ao atraso provocado por uma tormenta, a qual desmantelara a embarcação que carregava cartas do secretário Dom Rodrigo de Souza Coutinho a um marechal do exército português, ao vice-rei do rio da Prata e ao governador de Buenos Aires, Silva Gama solicitou ao governador da ilha de Santa Catarina que providenciasse o envio de outra forma, "considerando que talvez envolvessem assuntos que não pudessem sofrer delongas" (Miranda & Martins, 2008: 143). Contudo, as cartas não fora localizadas, o que forçou ao administrador da ilha investigar o primeiro barco que as carregava.

> Tendo o dito governador motivos para reiterar as diligências, fora achar os mencionados ofícios já abertos e escondidos; pelo que como o dono ou caixa do referido bergantim José Rodrigues Nunes, passando-se no mar para outro bergantim, entrou neste porto, aceleradamente procurou transitar-se logo para Montevidéu, e se faz suspeito (Idem)

O governador Silva Gama escreveu igualmente ao vice-rei de Buenos Aires e ao governador de Montevidéu, solicitando que prendessem e remetessem o suspeito José Rodrigues Nunes "a fim de igualmente o enviar perante Sua Alteza Real, a responder pela sua conduta; ficando Vossa Senhoria na certeza de que saberei corresponder com igual exatidão em requisições de semelhante natureza" (Miranda & Martins, 2008: 144). Não sabemos o desfecho do episódio, nem mesmo se José Rodrigues era culpado ou porque teria aberto os ofícios e os deixado para trás, mas podemos aprender algo sobre o circuito de comunicação lusitano. Primeiramente, que a dependência dos serviços de terceiros criava uma vulnerabilidade, quando menos um transtorno. Segundo, a utilização dos subterfúgios de espionagem não eliminava a diplomacia, visto que essa se alicerçava em compromissos entre as Coroas que visavam a manutenção da paz, não importava o quão tensa fosse esta.

É tempo de concluirmos. Na condição de trabalho em progresso esta investigação não dispõe tanto de resultados, mas de indicações sobre o sistema de coleta e transmissão de informações. De fato, estamos prontos para lidar com o fato de que a própria natureza discreta dessa atividade nos impeça de obter dados massivos. Muitas perguntas mantem-se em aberto, em especial no que respeita ao recrutamento dos informantes e espiões portugueses. Por outro lado, seria no mínimo ingênuo de nossa parte acreditar que os hispano-americanos não se valiam de mecanismos idênticos para

manter seus vizinhos sob vigilância. De toda a forma, nosso trabalho de desmascarar e expor os operadores luso-brasileiros da informação prossegue, certo de que em breve um panorama mais completo será oferecido.

Referências

ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de, (2009), Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806, *Oficina do Inconfidência: revista de trabalho:* Museu da Inconfidência, pp. 149-177.

BNRJ. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CEBALLOS, Rodrigo, (2008). Arribadas portuguesas. A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1650). Niterói: tese de doutorado PPGH-UFF.

MIRANDA, Márcia Eckert & MARTINS, Liana Bach (coord), (2008), Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG.

PRADO, Fabrício Pereira (2009). In the shadows of Empire: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750 – c.1813). Atlanta: Ph.D. dissertation-Emory University.

RAPERS. Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 11, Porto Alegre, set. 1923.